

O ajuste fiscal está praticamente aprovado

A depender da vontade política do governo, já estaria assegurado um ganho fiscal de, pelo menos, R\$ 18,1 bilhões

Fernando Dantas
de Brasília

Uma parcela de 91% do ajuste fiscal anunciado em 10 de novembro está concentrada em apenas catorze medidas das 51 que compõem o pacote (sem contar outras cinco de estímulo às exportações). Aquelas catorze medidas podem ser dadas quase como certas, mantendo-se a vontade política do governo, uma vez que muitas já foram aprovadas — diretamente pelo Executivo ou passando pelo Congresso — e as que faltam implementar não dependem do Legislativo.

Considerando-se corretas as estimativas do governo, aquelas catorze medidas vão gerar, ao longo de 1998, uma economia fiscal de R\$ 18,1 bilhões. O pacote total é de R\$ 19,93 bilhões, ou aproximadamente 2,2% do PIB estimado para 1998, a preços do final do próximo ano.

A hipótese de trabalho oficial de crescimento econômico de 2% em 1998 é superior à média da expectativa do mercado, o que poderia levar a superestimação de receitas tributárias e tarifas. Amaury Bier, chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, diz que o efeito fiscal detalhado e preciso do pacote ainda não foi calculado, mas garante que os números do governo são “conservadores” e “bem calibrados”.

Um exemplo mostra que a contabilidade oficial não deve ser descartada: não está computado, nos R\$ 20 bilhões, o ganho — estimado em R\$ 4 bilhões — com a cobrança de imposto de renda em bases mensais de aplicações de renda fixa feitas no passado e nunca resgatadas.

O pacote fiscal terá efeito no resultado primário (receitas e despesas não-financeiras), mas boa parte desta melhora pode ser perdida com o aumento do déficit operacional, que inclui juros pagos pelo governo descontados da correção monetária. A piora operacional é consequência do drástico aumen-

to dos juros para conter o ataque especulativo ao real.

A perda no operacional não quer dizer que o esforço fiscal tenha sido em vão. O resultado primário é o único em que o governo tem total poder de influência (já que as taxas de juros são influenciadas pelo mercado), e é o que mais revela a virtude fiscal dos governantes. Se os juros baixarem gradativamente, como espera o governo, o ganho primário irá se refletindo cada vez mais no déficit operacional, atualmente em torno de 3% do PIB (o superávit primário flutua entre 0,1% e 0,6% do PIB).

Decreto a ser assinado em janeiro fixará cortes que devem resultar em economias de mais de R\$ 2 bi

Em janeiro, uma parte substancial do pacote fiscal de R\$ 20 bilhões, anunciado em 11 de novembro, tomará um caráter definitivo, com a publicação de dois decretos, que dependiam da aprovação do Orçamento Geral da União (OGU) de 1998. Os dois decretos estão re-

lacionados a cortes do orçamento, e à redução de despesas e ao aumento de receitas das estatais. Este conjunto de medidas significa economias fiscais de R\$ 7,9 bilhões, ou praticamente 40% do pacote, concentradas em apenas cinco das cinquenta e uma medidas.

No início de janeiro, Fernando Henrique Cardoso deve assinar o decreto presidencial restringindo os gastos do orçamento. A intenção é compatibilizá-lo com a decisão de cortar, em 1998, 15% dos gastos em “atividades” (despesas que se repetem todos os anos), e 6% no valor dos “projetos” (programas não permanentes), com economias de, respectivamente, R\$ 1,7 bilhão e R\$ 500 milhões. As áreas de Educação, Assistência Social e Reforma Agrária serão poupadas. Bier explica que o decreto presidencial vai determinar como estes cortes serão distribuídos pelos diversos ministérios, e os ministros decidirão como reparti-los entre seus programas.

O segundo decreto importante previsto para janeiro é o que revi-

sará o Programa de Dispêndios Gerais (PDG) das empresas estatais. Uma parcela de 28% do pacote, ou R\$ 5,7 bilhões, será realizado através das estatais. A principal contribuição virá da elevação das tarifas das estatais (uma das medidas) ao longo de 1998, com a qual o governo pretende arrecadar R\$ 2,7 bilhões, distribuídos entre o aumento da receita líquida das empresas (R\$ 1,8 bilhão), mais impostos (R\$ 600 milhões) e dividendos (R\$ 300 milhões).

Dependentes diretamente do Decreto de Revisão do PDG estão duas outras medidas: a reprogramação de investimentos das empresas estatais, com corte de R\$ 2,1 bilhões, e a redução de pelo menos 5% dos gastos de custeio e pessoal, ou R\$ 900 milhões (incluindo demissões e proibição de novas contratações). Os cortes nos investimentos serão fortemente concentrados na Telebrás e na Petrobrás, com a Eletrobrás poupada, pelos problemas de suprimento de energia elétrica que o País já vem tendo.

Outros R\$ 10,2 bilhões estão concentrados em mais nove medidas do pacote fiscal, todas já aprovadas no Congresso ou independentes da esfera legislativa. A redução de gastos com pessoal do governo federal está prevista em R\$ 1,5 bilhão, e a revisão de contratos de prestação de serviços em R\$ 580 milhões (corte de 20%). Esta última medida já está garantida com dois decretos.

O corte nos gastos de pessoal, que deve trazer a folha da previsão orçamentária de R\$ 48,2 bilhões para R\$ 46,7 bilhões, pode ser feito na maior parte com a simples decisão de não conceder aumentos salariais ao funcionalismo em 1998 — sem necessidade de decretos, segundo Bier. A estimativa de R\$ 1,5 bilhão pressupõe que o crescimento vegetativo da folha em 1998 não ultrapasse 3%, e diversas medidas do pacote visam garantir este objetivo.

Na revisão da MP 1602, a previsão de receita caiu de R\$ 1,2 bilhão para apenas R\$ 650 milhões

Na área tributária, a polêmica MP 1.602, aprovada e convertida na lei 9.532, deve garantir economia fiscal de R\$ 2,45 bilhão, ou 12,2% do pacote. A versão final da lei restringe o adicional de 10% sobre o imposto de renda devido para a renda acima de R\$ 1.800 (em 98 e 99), quando antes o adicional seria para todos os contribuintes. Com isto, a estimativa de receita caiu de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 650 milhões.

A compensação desta perda de outras espalhadas por várias medidas do pacote, com a reação do Congresso contrários a aspectos das medidas tributárias sobre incentivos fiscais — foi a elevação de 15% para 20% do Imposto de Renda (IR) sobre as aplicações de renda fixa, e a mudança da sistemática de recolhimento, que não será mais apenas no resgate, mas em bases mensais (a partir de julho).

O governo estimou em R\$ 1,8 bilhão o ganho anual com aquelas medidas (contabilizadas como duas na conta de 51), mas sem considerar o efeito da zeragem de todo o imposto acumulado no passado e não pago em aplicações nunca resgatadas, e que será recolhido no início do ano. Everardo Maciel, secretário da Receita Federal, estima este efeito, que só incide em 98, em aproximadamente R\$ 4 bilhões.

A elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul — já em vigor — deve render R\$ 1,50 bilhão em 1998. A elevação temporária dos preços dos derivados de petróleo, também decidida em novembro, e a ser apropriada por fundo do governo, deve render R\$ 1,16 bilhões. Há ainda os R\$ 2 bilhões que o governo pretende ganhar com o aperto adicional sobre estados e municípios, através da redefinição dos limites de concessão de crédito ao setor público, já implementada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Finalmente, bancos oficiais como o BNDES e o Banco do Brasil devem repassar R\$ 1 bilhão mais do seu lucro ao governo.